



Campanha contra Joseph Kony - O conflito no Uganda que envolve há vários anos o exército nacional e o Exército de Libertação do Senhor, ganhou, desde o início do ano, maior visibilidade devido à campanha lançada pela ONG Invisible Children Inc intitulada "Kony 2012". [Pag 2](#)

Golpe de Estado no Mali - Face ao avanço dos rebeldes tuaregues no norte do país, os militares malianos levaram a cabo, a 22 de março um golpe de estado contra o Presidente Amadou Toumani. [Pag 3](#)

Fórum Macau e a Cooperação com a Lusofonia - O Secretariado Permanente do Fórum Macau reuniu-se em finais de março com o objetivo de definir um plano de atividades para 2012, ao mesmo tempo que foram apresentadas as condições para que os países de língua portuguesa se pudessem candidatar à linha de crédito que a China anunciou para projetos na lusofonia. [Pag 4](#)

Fim da Presença Portuguesa em Cahora Bassa - O Primeiro-ministro português, Pedro Passos Coelho, deslocou-se em abril a Moçambique para discutir com as autoridades moçambicanas o futuro dos 15% que Portugal ainda detém na Hidro-elétrica de Cahora Bassa (HCB). [Pag 4](#)

Zimbabwe nacionaliza indústria mineira - Depois da nacionalização das terras, o Governo do Zimbabwe decidiu avançar para um processo semelhante na indústria mineira, ao decidir ser detentor de 51% do capital de todas as empresas mineiras que operam no país por força da "lei da indigenização" em vigor. [Pag 5](#)

Novo Golpe de Estado na Guiné Bissau - Depois de algumas tensões e de ações de contestação de alguns sectores da sociedade guineense, nomeadamente no seio das Forças Armadas Guineenses, o Ministro das Relações Exteriores de Angola, Jorge Chicoti deslocou-se em abril a Bissau para discutir com as autoridades locais a retirada da Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG), assim como a avaliação dos acordos de cooperação em vigor entre a Guiné-Bissau e a República de Angola. [Pag 6/7](#)

Charles Taylor Condenado - O Tribunal Especial da Serra Leoa condenou, em abril, o antigo Presidente Charles Taylor por crimes de guerra. No entanto, o Tribunal fez uma distinção nesta condenação ao dizer que Taylor encorajou estes crimes de guerra, contudo, não teve responsabilidade e controlo direto nestes crimes. [Pag 8](#)

Conflito entre o Sudão e o Sudão do Sul - O Sul do Sudão ainda não conseguiu viver em paz. Na base dos diferendos com o Sudão estão as receitas petrolíferas e o pagamento da passagem dos oleodutos bem como a definição das fronteiras nas regiões de Abyei e Kordofan Sul. [Pag 9](#)

Transição pacífica no Malawi - O Malawi enfrenta, há vários anos, uma grave crise económica e política. Após a morte súbita do Presidente Bingu Wa Mutharika, a 5 de Abril, julgou-se que a situação no país pudesse deteriorar-se, uma vez que o Presidente já se tinha desentendido com a sua Vice-Presidente, Joyce Banda, que o deveria agora substituir no cargo. [Pag 9/10](#)

Relatório de Desenvolvimento Humano 2012 - Foi apresentado, em maio, o Relatório do Desenvolvimento Humano para África. A edição deste ano tem como tema central a segurança alimentar no Continente, tema fundamental para os africanos, uma vez que um em cada quatro africanos, cerca de 218 milhões de pessoas, é subnutrido. [Pag 10](#)

Crescimento de Angola em 2012 - De acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia angolana deverá crescer 8% em 2012. Este crescimento será potencializado quer pelas receitas petrolíferas, quer aos programas de investimento público. [Pag 11](#)

Nova Iniciativa de Segurança Alimentar - O Presidente norte-americano anunciou, durante a Cimeira do G8 uma nova iniciativa de apoio à segurança alimentar que pretende ajudar 50 milhões de pessoas que vivem na pobreza nos países em desenvolvimento. [Pag 11/12](#)



Campanha Contra Joseph Kony

■ Luís Castelo Branco

O conflito no Uganda que envolve há vários anos o exército nacional e o grupo rebelde Exército de Libertação do Senhor, ganhou, desde o início do ano, maior visibilidade. Este facto ficou a dever-se à campanha lançada pela ONG Invisible Children Inc intitulada "Kony 2012". A finalidade da campanha era a de tornar famoso o líder do Exército de Libertação do Senhor (ELS), Joseph Kony, com o objetivo de tornar mais fácil a sua captura através de um envolvimento dos Estados Unidos da América. A ideia é que se houver uma grande pressão sobre a classe política norte-americana, esta será obrigada a intervir à semelhança do que já aconteceu com outras questões internacionais. Para dar visibilidade à campanha, foi elaborado um documentário que relata a história de uma criança raptada pelo ELS.

O Exército de Resistência do Senhor, é um grupo guerrilheiro baseado em ideais religiosos cujo objetivo é criar um governo tecnocrático no Uganda. O grupo surgiu em 1987 e está envolvido numa revolta armada contra o governo de Kampala, no que é hoje um dos conflitos mais longos da África. É liderado por Joseph Kony, que se proclama o "porta-voz" de Deus e um médium espiritual, principalmente do Espírito Santo. O grupo baseia-se no cristianismo apocalíptico, mas também é influenciado por uma mistura de misticismo e religião tradicional, e pretende instituir um Estado teocrático baseado no estrito cumprimento dos Dez Mandamentos e na tradição do povo Acholi, sediado no norte do Uganda.

O ELS é acusado de violações generalizadas dos direitos humanos, incluindo assassinatos, rapto, mutilação, escravidão sexual de mulheres e crianças, e forçar crianças a participar nas hostilidades. O ELS atua principalmente no norte de Uganda, mas também em partes do Sudão, República Centro Africana e na República Democrática do Congo

Dirigido por Kony, o ELS ganhou reputação de praticar ações muito violentas utilizando crianças para o efeito. Calcula-se que cerca de 90% dos membros da guerrilha é composta por crianças sequestradas. A UNICEF calcula que desde a sua criação, o Exército de Libertação do Senhor terá raptado 30 mil crianças. Estas crianças raptadas são doutrinadas de modo a terem uma obediência cega à liderança do movimento. Neste momento a guerrilha terá entre 1.500 a 5 mil guerrilheiros. O conflito já provocou 150 mil mortos e obrigou a mais de um milhão de pessoas a fugir das suas zonas de residência.

Neste momento, Joseph Kony está na lista dos 10 mais procurados pelo Tribunal Penal de Haia.

Apesar da enorme visibilidade que esta campanha está a ter, também têm surgido vozes que criticam a ação da Invisible Children, acusando o seu documentário de manipular os factos e ignorar os abusos cometidos pelo exército ugandês na guerra com Kony. Por outro lado, a Invisible Children é acusada de exagerar a escala de raptos e assassinios feitos pelos guerrilheiros de Kony.

Ao mesmo tempo, algumas dúvidas têm sido levantadas sobre as intenções e a transparência da organização Invisible Children. Foram apresentadas fotografias, datadas de 2008, onde os fundadores da ONG americana seguram armas ao mesmo tempo que posam com membros do Exército de Libertação do Sudão, grupo armado que chegou a ser também acusado de violações dos direitos humanos durante o conflito de décadas com o governo do Sudão.

Outra questão controversa prende-se com as doações feitas à Invisible Children. Muitos têm acusado a organização de doar apenas uma pequena parte do dinheiro às reais causas ugandesas, mas a organização explicou que se trata de um mal-entendido. Apenas 32% dos fundos foram gastos, em 2011, em serviços diretos, de acordo com o relatório do grupo. O resto foi gasto na produção do filme, salários, e despesas de viagem e de pessoal.



Golpe de Estado no Mali

Face ao avanço dos rebeldes tuaregues no norte do país, os militares malianos levaram a cabo, a 22 de março um golpe de estado contra o Presidente Amadou Toumani. A principal justificação dos militares para levarem a cabo o golpe de estado foi a “incompetência” das autoridades de Bamako na luta contra a revolta que assola o país desde janeiro deste ano, levada a cabo pelo grupo independentista tuaregue Movimento Nacional de Libertação de Azawad (MNLA).

O poder foi assumido pelo autodenominado Comité Nacional para o Restabelecimento da Democracia e a Restauração do Estado, liderado pelo Capitão Amadou Sanogo. A falta de meios dos militares para enfrentar a revolta tuaregue, acompanhado por deserções em massa nas forças armadas do país, foram outras das justificações dos revoltosos.

Desde o fim do conflito na Líbia milhares de tuaregues, que estiverem envolvidos no apoio a Khadafi neste conflito, regressaram ao Mali trazendo consigo muito equipamento militar. A experiência militar dos tuaregues aliado ao melhor equipamento militar, explicam os rápidos avanços destes no conflito contra as autoridades malianas. O desejo último dos tuaregues é o de criarem o seu próprio estado, que inclui o norte do Mali, abrangendo as regiões de Kidal, Gao e Tombuctú. Esta pretensão poderá ainda ter graves consequências para outros países da região, uma vez que as pretensões territoriais do MNLA abrangem partes do norte do Níger e do sul da Argélia. A pretensão do MNLA, de criação do seu próprio estado, foi conseguida quando declararam, a 6 de abril, a independência do norte do Mali, anúncio imediatamente rejeitado e criticado quer pela União Africana quer pela União Europeia.

Porém, esta pretensão dos tuaregues, aliado ao fato que contam com o apoio da Al-Qaida do Magrebe Islâmico e do grupo islâmico radical Ansar al Din (seguidores da religião), fez soar o alarme em diversas capitais ocidentais. Tanto os EUA, como antiga potência colonial, a França, manifestaram a sua preocupação face ao avanço da rebelião tuaregue. No entanto, estes países, tal como a ONU e a UA, rejeitaram o golpe de estado que derrubou o Presidente Toumani. Se, por um lado, a alteração de poder pela via militar é uma opção a rejeitar, por outro, os novos dirigentes do país não davam garantias de estabilizar a situação e controlar a revolta tuaregue.

Acresce o fato que país estava à beira de eleições presidenciais quando se deu o golpe de estado, as quais estavam marcadas para 29 de abril.

A guerra civil no país já provocou, de acordo com dados das Nações Unidas, a fuga de mais de 130 mil pessoas para os países vizinhos. Estas populações não fogem apenas do conflito, mas também da fome que assola a região norte do Mali devido ao período de seca, a falta de alimentos e à ausência de canais de distribuição de alimentos.

A indefinição governativa que se seguiu ao golpe de estado no Mali, aliado às fortes críticas internacionais contra os revoltosos, fez com que fosse necessário encontrar uma solução rápida para que o poder em Bamako não ficasse vazio, o que só iria facilitar o avanço dos rebeldes do MNLA.

Com vista a encontrar uma solução para o Mali, os países da região, coordenados pela CEDEAO, decidiram promover uma solução que passou, num primeiro momento, pelo pedido de demissão do presidente deposto, Amadou Toumani Toure, satisfazendo assim as pretensões dos revoltosos. Esta solução permitiu abrir entregou sua carta de renúncia, abrindo o caminho do regresso dos civis ao poder no país, através da nomeação de um Presidente interino, escolha que recaiu no Presidente da Assembleia Nacional, Dioncounda Traoré.

O objetivo é o do governo interino discutir com os militares revoltosos o processo de normalização constitucional do país, ao mesmo tempo que se define uma estratégia para conter a secessão do país. Porém, o processo não é pacífico, havendo uma forte contestação ao poder do Presidente interino, o que enfraquece ainda mais a capacidade das autoridades de Bamako de negociar com os rebeldes tuaregues.



Fórum Macau e a Cooperação com a Lusofonia

O Secretariado Permanente do Fórum Macau reuniu-se em finais de março com o objetivo de definir um plano de atividades para 2012, ao mesmo tempo que foram apresentadas as condições para que os países de língua portuguesa se pudessem candidatar à linha de crédito que a China anunciou para projetos na lusofonia.

O fundo de mil milhões de dólares (756 milhões de euros) que o Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao, anunciou em novembro de 2011 em Macau, para desenvolver a cooperação com os países de língua portuguesa. O fundo, a ser criado por bancos da Região Administrativa Especial de Macau e do resto da China, foi a grande novidade da 3.ª conferência ministerial do Fórum Macau.

O Fórum Macau tem sido o grande dinamizador do crescimento das trocas comerciais entre a China e os países de língua portuguesa e, de acordo com os dados da alfândega chinesa, o volume de troca aumentou 28,2% em 2011 face ao ano anterior, para 117,2 mil milhões de dólares.

A segunda economia mundial comprou, nos 12 meses de 2011, aos oito países lusófonos produtos no valor de 78,9 mil milhões de dólares, mais 27,6% que no ano anterior, e exportou para a lusofonia produtos no valor de 38,2 mil milhões de dólares, o que representa um aumento de 29,4% em relação a 2010.



Fim da Presença Portuguesa em Cahora Bassa

O Primeiro-ministro português, Pedro Passos Coelho, deslocou-se em abril a Moçambique para discutir com as autoridades moçambicanas o futuro dos 15% que Portugal ainda detém na Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB).

Em 2007, os dois países assinaram o acordo de reversão da HCB, o qual permitiu a transferência para Moçambique de grande parte da participação portuguesa na barragem, bem como a sua gestão efetiva, reduzindo a participação de Portugal para 15%. Anteriormente, Moçambique controlava 18% do empreendimento e Portugal 82%.

A resolução desta questão esteve prevista para Novembro passado, durante a celebração da I Cimeira Bilateral Portugal – Moçambique. Porém, nessa altura não foi possível chegar a um acordo por dificuldades técnicas e financeiras.

Ambas as partes chegaram a acordo sobre o destino da dar à participação portuguesa na HCB. O Primeiro-ministro português, e o Presidente moçambicano, Armando Guebuza, rubricaram o acordo que garante a venda de metade dos 15% que Portugal detém na Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB). As autoridades moçambicanas vão pagar, até setembro de 2012, 42 milhões de dólares ao governo português pela alienação dos 7,5% do capital social da HCB, a favor do Estado moçambicano.

Em relação os remanescente 7,5%, o Primeiro-ministro português afirmou que ficarão na mão da Rede Elétrica Nacional (REN) a qual irá converter essa participação, numa empresa congénere que vai ser constituída em Moçambique. Essa empresa terá a missão de estruturar todas as ligações elétricas moçambicanas, em particular num projeto muito importante conhecido em Moçambique como 'espinha dorsal' e no qual a REN pretende vir também participante.

A 'espinha dorsal', como é designado o Projeto de Desenvolvimento Regional de Transporte de Energia entre o Centro e o Sul (CESUL), visa escoar, para o sul de Moçambique, a energia gerada no vale do Zambeze, e estará operacional a partir de 2017.

Orçado em cerca de 2,5 mil milhões de dólares (1,9 mil milhões de euros), o CESUL integra duas redes de alta tensão entre Tete e Maputo/Matola e tem, entre os candidatos ao seu financiamento, a França, Noruega, Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Banco Europeu de Investimentos (BEI), bem como REN e a brasileira Eletrobras.



Zimbabwe nacionaliza indústria mineira

Depois da nacionalização das terras, o Governo do Zimbabwe decidiu avançar para um processo semelhante na indústria mineira, ao decidir ser detentor de 51% do capital de todas as empresas mineiras que operam no país por força da "lei da indigenização" em vigor.

O anúncio oficial foi feito em abril pelo Ministro do Empowerment (indigenização), Saviour Kasukuwere, um aliado do Presidente Mugabe. "Empowerment" é um termo utilizado em várias economias africanas para designar a transferência do poder económico e social das mãos da minoria branca ou estrangeira para a maioria negra. O caso onde isso foi mais visível foi na África do Sul após a vitória do Congresso Nacional Africano nas eleições multipartidárias de 1994.

Não é claro entre economistas, políticos, diplomatas e os media como é que o Governo do Zimbabwe pretende assumir o capital das empresas privadas, nem quais serão as consequências imediatas de uma tal medida.

A indústria mineira no Zimbabwe, apesar de ter alguns grandes investimentos, está assente num conjunto de operações de pequena e média dimensão na posse de proprietários brancos. Do lado dos grandes investimentos, estão presentes empresas oriundas da Austrália, Canadá e África do Sul. Os minerais mais importantes no Zimbabwe são o ouro, o amianto e carvão. A indústria de mineração contribui com cerca de 8% para o PIB do país

A "lei da indigenização" prevê um prazo-limite para que a transferência do capital fosse negociado entre todas as empresas privadas com um volume de negócios anual igual ou superior a 500 mil dólares e os empresários indígenas e o Estado, e no caso das empresas mineiras esse prazo já expirou sem que houvesse acordo.

Apenas a empresa sul-africana Implats (Impala Platinum Holdings, que minera platina) anunciou ter chegado a acordo sobre a transferência de 51% do seu capital para as mãos de sócios indígenas zimbabweanos, mas a empresa recusou-se a divulgar pormenores sobre as transações e o seu formato.

Tal como sucedeu com a ocupação das terras a partir de 2000, o Governo zimbabweano não tem os meios financeiros para compensar os atuais donos das minas, muitos deles estrangeiros. Economistas zimbabweanos e sul-africanos temem que a "lei da indigenização" das indústrias venha a ter um efeito semelhante ao das expropria-

ções de terras agrícolas aos brancos, iniciada em 2000, e que paralisou quase por completo a produção agroalimentar do país, transformando um antigo exportador de alimentos, numa nação dependente de ajuda de emergência e onde grassa a subnutrição.

O próprio Primeiro-ministro, Morgan Tsvangirai, líder do Movimento para a Mudança Democrática (MDC), discorda da medida, afirmando que é contraproducente no quadro da necessidade urgente de reconstruir a economia zimbabweana.

Tsvangirai, pediu imediatamente ao país para ignorar Kasukuwere e disse que as leis de indigenização não permitem a nacionalização unilateral de empresas privadas.

Esta política de indigenização provocou uma série de crises no seio do executivo, dividindo-o entre aqueles que apoiam o Presidente e os que apoiam o Primeiro-ministro. Os críticos de Mugabe afirmam que este tipo de leis afastam os tão necessários investimentos estrangeiros e está sendo usado como uma manobra política antes das eleições que o Presidente Robert Mugabe pretende que se realizem ainda este ano.

Muitos temem que esta medida, seja apenas para consumo interno já num contexto de pré-campanha eleitoral. Já nas eleições de 2000 o Presidente Mugabe utilizou a questão da ocupação das fazendas dos brancos, e a promessa de redistribuição das mesmas à população, como elemento mobilizador da campanha eleitoral da ZANU-PF. No atual cenário político zimbabweano, as eleições presidenciais assumem especial importância, porque podem marcar a derrota da ZANU-PF, e consequentemente o afastamento do Presidente Mugabe, que governa o país desde a independência. Mas, mesmo que a ZANU-PF ganhe as eleições poderemos assistir à transferência de poder de Mugabe, que já tem 88 anos, para outro elemento do partido, escolha que não será difícil devido às clivagens existentes. Por outro lado, uma eventual vitória do atual Primeiro-Ministro Morgan Tsvangirai, poderá mudar a política de alinhamentos do país, regressando aos seus tradicionais aliados, Reino Unido e EUA, e algum afastamento face à China.



Novo Golpe de Estado na Guiné Bissau

Depois de algumas tensões e de ações de contestação de alguns sectores da sociedade guineense, nomeadamente no seio das Forças Armadas Guineenses, o Ministro das Relações Exteriores de Angola, Jorge Chicoti deslocou-se em abril a Bissau para discutir com as autoridades locais a retirada da Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG), assim como a avaliação dos acordos de cooperação em vigor entre a Guiné-Bissau e a República de Angola.

Uma das críticas mais ouvidas contra a MISSANG, sobretudo durante o período eleitoral, foi a de que esta Missão estava no país não propriamente para apoiar a reforma do sector da defesa, mas para apoiar Carlos Gomes Júnior. Uma das vozes mais críticas foi a de Henrique Rosa, o qual afirmou que os atos de violência que pudessem ocorrer durante o impasse político na Guiné-Bissau serão devidos ao mal-estar que existe na Guiné devido à presença das tropas angolanas, que se tornaram no principal fator de instabilidade na Guiné-Bissau.

A MISSANG foi criada em março de 2011 com o objetivo de apoiar o processo da reforma dos sectores da Defesa e da Segurança na Guiné. Para além do objetivo geral, a MISSANG também visava a recuperação dos quartéis militares guineenses. No entanto, desde o seu início, houve vários sectores da sociedade guineense que viram esta força como não sendo imparcial e como um fator de claro apoio às políticas de Carlos Gomes Júnior enquanto Primeiro-Ministro.

Face ao fim da MISSANG, tanto a CPLP como CEDEAO mostraram a sua disponibilidade para enviar uma força internacional que garantisse a estabilidade do país. A CEDEAO temia que uma possível instabilidade na GB viesse agravar a situação na região ocidental de África, onde já se registava o problema do Mali.

No seio da CPLP alguns países mostraram, desde logo, a sua disponibilidade para enviar elementos para a referida força. O primeiro a manifestar-se nesse sentido foi o Brasil. Angola aceitou que os elementos que faziam parte da MISSANG transitassem para a nova força.

A 12 de abril, poucos dias depois de ter sido anunciado o fim da MISSANG, o auto intitulado Comando Militar levou a cabo um golpe de estado na Guiné, detendo o Primeiro-Ministro, e vencedor da primeira volta das eleições presidenciais, Carlos Gomes Júnior e o Presidente interino, Raimundo Pereira. A justificação oficial para o

golpe foi o facto de, alegadamente, estar em preparação uma intervenção militar no país liderada por tropas angolanas a pedido de Carlos Gomes Júnior. Os golpistas acusaram as forças angolanas de estarem a preparar o golpe como forma de consolidar o poder de Carlos Gomes Júnior.

O golpe foi, de imediato, condenado pelos principais parceiros da Guiné Bissau, nomeadamente, Portugal, França, Espanha, EUA e China, e pelas principais organizações internacionais às quais o país pertence, ONU, UE, UA, CPLP e CEDEAO.

Os esforços iniciais da CEDEAO junto dos golpistas não inverteram a situação. A União Africana suspendeu a Guiné-Bissau e o Conselho de Segurança da ONU, impulsionado por Portugal, ponderou o envio de uma força militar com o objetivo de repor a ordem constitucional.

Os golpistas através do seu porta-voz, o Tenente Coronel Daba Na Wana, juntaram vários partidos políticos, excluindo o PAIGC, com o objetivo de encontrar uma solução para a situação no país. As propostas iniciais previram um período de transição de dois anos para o país, a dissolução da Assembleia Nacional, do Governo e do Presidente interino e a criação de um Conselho Nacional de Transição (CNT). Para operacionalizar tal opção, foi assinado um acordo entre os militares e os partidos da oposição, tendo ficado decidido que o CNT vai governar a Guiné-Bissau durante os próximos dois anos. Novas eleições legislativas e presidenciais ficaram agendadas para 2014.

Serifo Nhamadjo, membro do PAIGC e Vice-Presidente do parlamento até ao golpe de Estado de 12 de abril, foi o terceiro candidato mais votada na primeira volta das eleições presidenciais, foi apontado como futuro Presidente da República interino da Guiné-Bissau e Sori Djaló, membro destacado do PRS, o Presidente do Conselho Nacional de Transição. No entanto e face às críticas internas e internacionais, Serifo Nhamadjo rejeitou o convite. As autoridades de transição nomeadas na Guiné -Bissau foram prontamente rejeitadas, no Conselho de Segurança da ONU, onde Angola e Portugal apontaram como única saída o regresso aos quartéis pelos militares golpistas. Também a União Africana, UE, CPLP e CEDEAO rejeitaram a legitimidade das autoridades nomeadas.

Internamente, os opositores ao golpe juntaram-se na chamada Frente Nacional Anti-Golpe (FRENAGOLPE), a qual integra partidos,



como o PAIGC e mais 9 outras formações políticas e organizações da sociedade civil do país, organizações de mulheres, jovens entre outras.

Os dirigentes da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), reunidos em Abidjan, em finais de Abril disponibilizaram para enviar militares para a Guiné-Bissau para ajudar a estabilizar a transição no país. O contingente a enviar para a Guiné-Bissau deveria ter como missão facilitar a retirada da Missão de Assistência Técnica e Militar de Angola na Guiné-Bissau, dar assistência à estabilização do processo de transição após o golpe de Estado de 12 de abril e preparar a reforma do sector da defesa e segurança. Os militares do contingente da CEDEAO seriam fornecidos por pelo menos quatro países, a Nigéria, o Togo, a Costa do Marfim e o Senegal.

Além do envio do contingente militar, os dirigentes da CEDEAO decidiram também dar um ultimato de 72 horas aos golpistas militares guineenses para se submeterem às exigências feitas, sob pena de sanções.

Porém, as ameaças aos revoltosos acabaram por não surtir efeito porque no seio da Comunidade Internacional acabou por não haver uma posição unânime sobre qual o caminho a seguir. Apesar das sanções decretas aos principais líderes do golpe, General António Indjai, e os Generais: Mamadu Ture "N'Krumah", Augusto Mário Có, Estêvão na Mena, Ibraima Papa Camará e o Tenente-Coronel Daba Na Walna, nenhuma ação concreta foram adotadas.

No processo de resolução da crise guineense, a CEDEAO assumiu um papel de destaque, obtendo a libertação de Raimundo Pereira e Carlos Gomes Júnior que foram levados, primeiro, para Abidjan, e depois para Dakar. No entanto, depois de inicialmente ter assumido, à semelhança da ONU e da CPLP, uma posição muito dura com os golpistas, a CEDEAO começou a flexibilizar a sua posição. A mediação da crise pela CEDEAO foi comprometida pela sua decisão de não insistir no retorno à ordem constitucional vigente pré-golpe e de remeter para a Assembleia Nacional a busca de uma solução para a crise. Mesmo no seio da CEDEAO, a posição da Presidência não foi pacífica, com países, como Cabo Verde a criticar a mudança de posição.

Reagindo a esta decisão, a CPLP distanciou-se daquela postura e pediu ao Conselho de Segurança da ONU sanções concretas contra os responsáveis pelo golpe de Estado e os civis que os apoiam, denunciando qualquer solução que desrespeite a Constituição guineense.

O Conselho de Segurança da ONU adotou uma posição de intransigência face aos golpistas. Para o Conselho de Segurança é inegociável a imediata restauração da ordem constitucional e reinstalação do Governo eleito democraticamente, a retoma do processo eleitoral presidencial interrompido. Por outro lado, a ONU apelou à CEDEAO, no que foi entendido como uma crítica à atuação desta organização, que esta deverá coordenar-se com Nações Unidas, União Africana e CPLP para efetiva aplicação da "tolerância zero" relativamente à tomada inconstitucional do poder.

Com o arrastar da situação, a CEDEAO tentou, através de negociações com os militares revoltosos e com alguns partidos políticos guineenses, encontrar uma solução para a crise. Nesse sentido, decidiu flexibilizar a sua posição e aceitar a reivindicação dos golpistas de nomear um Presidente interino, escolha que recaiu sobre Serifo Nhamadjo e um Primeiro-ministro interino, tendo sido escolhido para o cargo Rui Duarte de Ramos. Porém as críticas a esta decisão da CEDEAO não tardaram, quer internamente, através do PAIGC, quer externamente através da ONU e da CPLP.

A 16 de maio, Carlos Gomes Júnior e Raimundo Pereira chegaram a Lisboa, vindos de Abidjan, com o objetivo de passarem a liderar a contestação ao golpe e às autoridades de interinas. Neste esforço, contaram com o apoio expresso e Portugal e dos outros estados da CPLP.

As novas autoridades guineenses nomearam a 22 de maio um novo governo de transição composto por políticos que apoiaram o golpe de 12 de abril. Entre os novos ministros destacam-se Fernando Vaz, até agora porta-voz dos partidos que apoiaram o golpe, como Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, da Comunicação Social e dos Assuntos Parlamentares. Outra figura de destaque é Faustino Imbali, antigo Primeiro-Ministro durante a presidência de Kumba Ialá, que foi agora nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades.



Charles Taylor Condenado

O Tribunal Especial da Serra Leoa condenou, em abril, o antigo Presidente Charles Taylor por crimes de guerra. No entanto, o Tribunal fez uma distinção nesta condenação ao dizer que Taylor encorajou estes crimes de guerra, contudo, não teve responsabilidade e controlo direto nestes crimes. Os crimes de que foi acusado dizem respeito ao conflito na Serra Leoa e que envolveu tráfico de armas e os chamados diamantes de sangue. Taylor apoiou a Frente Unida Revolucionária da Serra Leoa uma destas fações em confronto na Serra Leoa e era pago em diamantes.

Taylor, foi acusado de 11 crimes de guerra e contra a humanidade durante este conflito na Serra Leoa que se arrastou entre Novembro de 1991 e Janeiro de 2002 e que provocou mais de 75 mil mortos. Taylor subiu ao poder em 1990 após ter entrado na Libéria, vindo da Costa de Marfim, à frente de um grupo rebelde por si criado, as Forças Nacionais Patrióticas da Libéria (FPNL). Em setembro de 1990 derrubou o Presidente Samuel Doe, o qual acabou por ser morto. O golpe desencadeou a Primeira Guerra Civil da Libéria (1990-1995), com milhares de mortos e quase um milhão de refugiados.

Após a intervenção da ONU e da Comunidade Económica de Estados de África Ocidental (CEDEAO), várias fações implicadas no conflito assinaram na Nigéria um acordo de paz em 20 de agosto de 1995 e foi criado um órgão de transição que dirigiu o país até as eleições de julho de 1997.

Taylor, já à frente sua nova formação política, o Partido Nacional Patriótico (PNP), venceu as eleições. A partir do momento que assumiu o poder, passou a intervir no conflito na Serra Leoa.

Em maio de 2001, a ONU impôs sanções à Libéria e dois anos mais tarde, em junho de 2003, o Tribunal Especial de Serra Leoa, criado em 1996 e com o apoio das Nações Unidas, acusou o Charles Taylor de crimes contra a humanidade.

Em agosto de 2003, a ONU aprovou o envio de uma força multinacional de paz para a Libéria. Taylor acabou por renunciar ao seu mandato e aceitou o exílio na Nigéria. A 29 de março de 2006, Taylor foi detido no momento em que se preparava para fugir da Nigéria quando se apercebeu que o governo de Abuja tinha aceitado entregá-lo ao novo poder liberiano. No mesmo dia, ele foi transferido para Freetown (Serra Leoa), onde foi preso. Pouco depois o Governo holandês aceitou que o julgamento ocorresse em Haia, enquanto o

Reino Unido concordou que Taylor cumprisse a sua pena numa das suas prisões.

A 20 de junho de 2006, Taylor chegou a Haia para ser julgado por acusações de crimes contra a humanidade, entre eles o assassinato e mutilação de civis, uso de mulheres e raparigas como escravas sexuais e recrutamento forçado de crianças e adultos. O julgamento começou em junho de 2007 com declarações de mais de 110 testemunhas, entre eles a antiga modelo Naomi Campbell, a quem o ditador teria presenteado supostamente "diamantes de sangue". Em março de 2011, o julgamento terminou, e após mais de um ano de deliberações, o Tribunal Especial para Serra Leoa pronunciou o veredicto.

Num acórdão que durou mais de duas horas a ser lido, o juiz-presidente considerou que Taylor é responsável por ter fornecido armas e equipamentos de comunicações e de ter apoiado assim de forma significativa a ação dos rebeldes Frente Unida Revolucionária.

Tribunal considerou ainda que o apoio logístico à guerrilha da Serra Leoa tinha como contrapartida como pagamento diamantes de sangue, pedras preciosas que eram usadas para financiar guerras em África.

Charles Taylor estava acusado de assassinio, de aterrorizar civis, de violações e recrutamento de crianças-soldados, crimes que este ex-chefe de Estado sempre recusou ter cometido.

A 30 de maio, o Tribunal apresentou o acórdão que resultou numa sentença para Charles Taylor de 50 anos de prisão com base no facto de "ter ajudado e encorajado alguns dos crimes mais odiosos da História da Humanidade". O Tribunal considerou provado que Taylor, de 64 anos, deu armas, apoio logístico e moral aos rebeldes da Serra Leoa. A pena será cumprida numa prisão do Reino Unido.

Esta decisão do Tribunal foi considerada histórica uma vez que abre a possibilidade de vir a condenar outros líderes africanos que são igualmente acusados de praticar crimes contra a humanidade, sendo que o caso mais mediático é o do líder do Sudão, Omar al-Bashir.



Conflito entre o Sudão e o Sudão do Sul

O Sul do Sudão, que se separou do Sudão, a 9 de julho 2011, na sequência de um referendo de autodeterminação em janeiro de 2011, ainda não conseguiu viver em paz. Na base dos diferendos com o Sudão estão, por um lado, a questão das receitas petrolíferas e o pagamento da passagem dos oleodutos desde os campos do sul até aos portos do norte. Outra razão para o diferendo entre os dois estados é o diferendo à volta da definição das fronteiras nas regiões de Abyei e Kordofan Sul.

A 11 de fevereiro de 2012, os dois países assinaram um Pacto de Não-agressão, no qual se comprometiam a respeito mútuo pela soberania e integridade territorial *and to "refrain from launching any attack, including bombardment."* e abster-se de lançar qualquer ataque. Este Pacto, que foi negociado sob mediação da União Africana (UA) dava a entender que se caminhava para uma normalização nas relações bilaterais, tanto mais que, na mesma ocasião, foi igualmente assinado um acordo que garantia a livre circulação e residência dos seus nacionais no território um do outro, isto depois de Cartum ter ameaçado tratar dos nacionais do Sul do Sudão como estrangeiros a partir de abril de 2012.

Este acordo foi extremamente importante uma vez que, segundo a ONU, logo a seguir à independência mais de 350 mil sulistas migraram para o sul do Sudão após décadas vivendo no norte, mas 700 mil sulistas permaneceram no Norte. Nesta altura ficou por tratar a questão da delimitação das fronteiras e as taxas que o Sul deveria pagar pela passagem do petróleo pelo território do Norte.

Apesar destas negociações, a 26 de março recomeçaram os confrontos militares entre os dois exércitos, com ambas partes a acusarem a outra de violar a integridade territorial. Paralelamente ao conflito, várias foram as iniciativas diplomáticas com vista a, por um lado, cessar as hostilidades e, por outro, a encontrar uma resolução definitiva para as causas do conflito.

A mais recente razão para a escalada no conflito teve a ver com a tomada da zona fronteira de Heglig pelas forças do Sudão do Sul. Esta zona, rica em petróleo, é disputada pelos dois países.

Transição Pacífica no Malawi

O Malawi enfrenta, há vários anos, uma grave crise económica e política. Após a morte súbita do Presidente Bingu Wa Mutharika, a 5 de Abril, julgou-se que a situação no país pudesse deteriorar-se, uma vez que o Presidente já se tinha desentendido com a sua Vice-Presidente, Joyce Banda, que o deveria agora substituir no cargo.

O Presidente Bingu wa Mutharika, foi antigo funcionário do Banco Mundial, e quando foi eleito em 2004, surgiu como a figura capaz de revitalizar a economia do Malawi, nomeadamente, através da modernização da agricultura. Essas expectativas fizeram com que fosse reeleito em 2009.

Porém, a sua incapacidade em promover as reformas necessárias no sector agrícola, aliada à fraca procura mundial de tabaco, uma das principais produções do país, fizeram com que a sua popularidade fosse diminuindo. Rumores de má gestão dos dinheiros públicos e sinais de autoritarismo por parte do Presidente só serviram para aumentar o mal estar.

À medida em que a insatisfação foi crescendo, especialmente ao longo de 2011, a polícia respondeu aos diversos protestos com particular dureza, matando 19 pessoas quando abriram fogo contra manifestantes em julho passado. Os Estados Unidos reagiram, suspendendo a sua ajuda ao país, avaliada em 350 milhões USD, o que foi um grande abalo para um país que tem um orçamento anual de 2 mil milhões de USD.

Face ao desentendimento que surgiu entre o Presidente e a sua Vice-Presidente, cuja principal razão foi qual o candidato do partido às eleições de 2014. Quando começaram a surgir os primeiros indícios de que Mutharika estaria com problemas de saúde, os seus aliados começaram a pensar num sucessor. De acordo com a constituição do Malawi, o Vice-Presidente assume o governo no caso da morte do Presidente durante o mandato. Porém, os partidários de Mutharika tentaram argumentar que após a morte deste a Vice-Presidente não o devia substituir devido ao desentendimento que existia entre eles.

Os aliados de Mutharika tentaram promover o irmão do Presidente, o Ministro de Relações Internacionais Peter Mutharika, para a presidência. O Ministro já substituiu com frequência o seu irmão em actos oficiais.



Porém, com a tomada de posse da Vice-presidente Joyce Banda, a 7 de Abril, a situação pareceu serenar. Mas, apesar de alguma estabilidade política, o país continua a enfrentar uma séria crise económica. O anterior Presidente resistiu a implementar as reformas propostas pelo FMI, nomeadamente a necessidade de desvalorizar a moeda nacional, o kwacha, com vista a promover as exportações e diminuir as importações.

Desde que assumiu a Presidência, Joyce Banda, tem adotado um estilo completamente diferente do seu antecessor. Nesse sentido, decidiu, em inícios de maio, desvalorizar a moeda nacional em 33%, indo ao encontro das recomendações do FMI. Esta decisão provocou algum mal-estar nacional, mas foi justificada como uma medida no âmbito da estratégia destinada a restaurar a confiança internacional no Malawi.

Relatório Desenvolvimento Humano 2012

Foi apresentado, em maio, o Relatório do Desenvolvimento Humano para África relativo a 2012. A edição deste ano tem como tema central a segurança alimentar no Continente. Este tema é fundamental para os africanos, uma vez que se estima que a população era, em 2010, de 856 milhões de pessoas, estimando-se que possa exceder os 2000 milhões em 2050. Por outro lado, um em cada quatro africanos, cerca de 218 milhões de pessoas, é subnutrido.

O Relatório afirma que apesar dos abundantes recursos agrícolas, de um clima favorável às atividades agrícolas, e rápidas taxas de crescimento económico, o Continente Africano continua a ser fustigado pela fome.

It also emphasizes that food security – the ability to consistently acquire enough calories and nutrients for a healthy and productive life – is essential for human development.

To boost food security, it argues for action in four interrelated areas: agricultural productivity, nutrition, access to food, and empowerment of the rural poor. Para aumentar a Segurança Alimentar, o Relatório aponta quatro áreas de intervenção fundamentais que estão relacionadas entre si:

1. A produtividade agrícola;
2. Nutrição;
3. Acesso a alimentos;
4. Capacitação da população rural pobre.

Para se aumentar a produtividade agrícola de forma sustentável, é necessário impulsionar a produção de alimentos e de oportunidades económicas, melhorando, assim, a disponibilidade de alimentos e o poder de compra crescente. Effective nutrition policies can create conditions for the proper use and absorption of calories and nutrients. Políticas de nutrição eficazes podem criar condições para o uso correto e absorção de calorias e nutrientes. *Finally, empowering the rural poor – especially women – and harnessing the power of information, innovation, and markets can promote equitable allocation of food and resources within families and across communities.* Finalmente, capacitando as populações rurais – especialmente as mulheres – e aproveitando o poder da inovação, informação, e os mercados podem promover a distribuição equitativa de alimentos e recursos dentro das famílias e nas comunidades rurais.

Apesar da África subsaariana ser a região do mundo onde existem maiores índices de fome, a verdade é que têm sido feitos avanços consideráveis nos últimos anos.



Crescimento de Angola em 2012

De acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia angolana deverá crescer 8% em 2012. Este crescimento será potencializado quer pelas receitas petrolíferas, quer aos programas de investimento público.

As previsões do governo angolano são, ligeiramente mais altas, prevendo que o crescimento em 2012 se possa situar entre os 8% -10%, muito acima dos 3,12% registados em 2011.

Estas previsões do FMI surgiram após a conclusão do acordo de "stand by" com Angola, ao abrigo do qual o Fundo concedeu ao país um financiamento de 1,4 mil milhões de dólares.

A missão do FMI considerou, que o programa de "stand by" com Angola alcançou os principais objetivos, sobretudo no que toca ao equilíbrio das contas públicas e ao pagamento das dívidas do Estado.

Segundo o FMI, Angola conseguiu, três anos após a queda abrupta dos preços do petróleo, que afetou a economia com severidade, melhorar a sua posição fiscal, um nível mais confortável de reservas cambiais, uma taxa de câmbio estável e uma inflação mais baixa. As dívidas estatais domésticas foram pagas e foram feitos progressos significativos quanto à melhoria da transparência e responsabilidade orçamental.

Apesar deste otimismo, o FMI alertou que cabe às autoridades de Luanda preparar a economia do país para os possíveis efeitos de contágio da crise de dívida que afeta as economias dos países desenvolvidos. Várias economias desenvolvidas estão a passar por uma fase de crescimento mais reduzido devido à consolidação orçamental e à redução do endividamento bancário. Estes desenvolvimentos podem afetar indiretamente Angola devido à menor procura pelas exportações e ao aumento da aversão dos investidores ao risco.

Nova Iniciativa de Segurança Alimentar

O Presidente norte-americano, Barack Obama, anunciou, durante a Cimeira do G8 que se realizou em maio em Camp David, nos EUA, uma nova iniciativa de apoio à segurança alimentar, a ser realizada em coordenação com o sector privado, que pretende ajudar 50 milhões de pessoas que vivem na pobreza nos países em desenvolvimento.

Apesar de esta Iniciativa ser apresentada como algo novo, a verdade é que não é mais do que o reafirmar dos compromissos assumidos pelo G8 na reunião de Áquila, em Itália, em 2009, quando o grupo prometeu mais de 20 mil milhões de dólares, para um período de três anos, com o objetivo de melhorar o acesso aos alimentos para os africanos e outros povos atingidos pela alta de preços e pelos problemas da economia mundial.

A iniciativa, a qual Obama designou por Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional, terá alvos a serem aplicados em 10 anos em países em desenvolvimento através de tecnologia e variedade de sementes. A ideia é unir os esforços dos países doadores, os países africanos, o sector privado e os atores não-governamentais com o objetivo comum de melhorar a segurança alimentar.

Para o sucesso desta Iniciativa, Obama conta com o apoio de mais de 45 empresas que se comprometerem em investir mais de 3 mil milhões de dólares no sector agrícola. Estes compromissos foram desenvolvidos em parceria com a Grow Africa, uma parceria entre Fórum Económico Mundial, a União Africana e a New Partnership for Africa Development (NEPAD).

Com base nas decisões tomadas durante este encontro e de acordo com os princípios de Roma sobre a sustentabilidade da Segurança Alimentar Global, os G8 comprometeram-se a:

- Rapidamente a cumprir as promessas financeiras feitas em Áquila e procurar manter o forte apoio às questões da segurança alimentar global através de apoio bilateral e multilateral;
- Garantir que a assistência dada vai ao encontro dos planos nacionais dos países carenciados com vista a promover a harmonização das intervenções;
- Reforçar a coordenação entre as estratégias, e programas de assistência dos membros do G8 com vista a evitar duplicações e promover a eficiência das intervenções.

O projeto agora anunciado irá envolver 30 países, sobretudo em África mas também na Ásia, nomeadamente o Bangladesh, Benim, Moçambique, Nepal, Nigéria, Ruanda, Serra Leoa, Zâmbia, Uganda, Tajiquistão e Etiópia. As atenções voltam-se sobretudo para a África Subsariana, porque é aí que se encontra cerca de 60% do solo de todo o mundo que, sendo arável, não está a ser utilizado. A criação e condições de utilização da terra arável africana poderão, não só combater a fome no Continente, como torna-lo num dos principais celeiros mundiais.

Apesar deste otimismo, organizações como a OXFAM consideram que não é realístico pensar que da Cimeira do G8, com o atual quadro económico mundial, possam ser adotadas medidas concretas com forte impacto financeiro, em relação ao combate à fome no mundo.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA
Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica
Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05